



Ata nº 009 da Sessão Ordinária nº 009, de
11 de fevereiro de 2014.

Às nove horas do dia onze de fevereiro de dois mil e quatorze, na sede do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, na Sala das Sessões, Auditório "Governador Alacid da Silva Nunes", sob a Presidência da Conselheira **MARA LÚCIA**, presentes os Conselheiros, **ALOÍSIO CHAVES**, **DANIEL LAVAREDA**, **CEZAR COLARES**, **ANTÔNIO JOSÉ** e do Conselheiro substituto **SÉRGIO DANTAS**, convocado nos termos da Portaria nº 1587/2013; ausência justificada do Conselheiro **JOSÉ CARLOS ARAÚJO**; presença da Procuradora do Ministério Público junto ao TCM-PA, **MARIA INEZ GUEIROS**, reuniu-se o Egrégio Colegiado do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em Sessão Ordinária realizada nos termos do artigo 24 do Regimento Interno desta Corte. A seguir, a Presidência deu início a Sessão, momento em que assim se manifestou: "*havendo quorum, declaro aberta a presente Sessão. Inspirai, Senhor, nossos atos neste Plenário, para que possamos decidir sempre com justiça, equilíbrio e sabedoria*". Em sequência, apresentada a **PAUTA DE JULGAMENTOS**, momento em que foram anunciados os processos. **Processo nº 1040012010-00; Prefeitura Municipal de Tailândia**; Prestação de Contas de Governo – 2010; Responsável Gilberto Miguel Sufredini; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão do dia 03.09.2013; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014**. Retirado de pauta. **Processo nº 1040012010-00; Prefeitura Municipal de Tailândia**; Prestação de Contas de Gestão – 2010; Responsável Gilberto Miguel Sufredini; Instrução: 5ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão do dia 03.09.2013; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014**. Retirado de pauta. **Processo nº 340012010-00; Prefeitura Municipal de Inhangapi**; Prestação de Contas de Governo – 2010; Responsável José Alves Feitosa Oliveira; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. Presente o Procurador do Ordenador, Dr. Mailton Ferreira, OAB-Pa nº 8206, que fez uso da palavra, nos termos do artigo 28 do RI/TCM. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: "*pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Inhangapi, a não aprovação das contas de governo da Prefeitura, exercício de 2010, de responsabilidade de José Alves Feitosa Oliveira, que deverá, ainda, recolher ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela abertura de crédito acima do limite estabelecido na LOA e realização de despesa acima da autorizada, com base no art. 120-A, II, do RI/TCM/PA. Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*". **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves acompanhou o Relator, porém excluiu a irregularidade referente ao 29-A da CF/88. O Conselheiro Daniel Lavareda acompanhou o Relator, porém retirou a multa, no que foi seguido pela Conselheira Mara Lúcia. O Conselheiro Cezar Colares e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Inhangapi, a não aprovação das contas de Governo da Prefeitura, exercício de 2010, de responsabilidade de José Alves Feitosa Oliveira, com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: recolher ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, multa no valor de R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela abertura de crédito acima do limite estabelecido na LOA e realização de despesa acima da autorizada, com base no art. 120-A, II, do RI/TCM/PA. Vencido o Conselheiro Daniel Lavareda e a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Vencido o Conselheiro Aloísio Chaves quanto a a exclusão da irregularidade referente ao 29-A da CF/88. **Processo nº 340012010-00; Prefeitura Municipal de Inhangapi**; Prestação de Contas de Gestão – 2010; Responsável José Alves Feitosa Oliveira; Instrução 4ª



Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela irregularidade das contas, com recolhimento, multas e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. Presente o Procurador do Ordenador, Dr. Mailton Ferreira, OAB-Pa nº 8206, que fez uso da palavra, nos termos do artigo 28 do RI/TCM. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Inhangapi, exercício de 2010, de responsabilidade de José Alves Feitosa Oliveira, que deverá recolher aos Cofres do Município, no prazo de quinze (15) dias, devidamente atualizada, a quantia de R\$-83.577,60, referente aos subsídios pagos a maior ao Prefeito e Vice-Prefeito e multa no valor de R\$-18.360,00 (30%), pelo atraso na remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º ao 3º quadrimestres, na forma do art. 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000; e, ainda, as seguintes multas ao FUMREAP, no mesmo prazo: R\$-10.000,00 (dez mil reais), pela realização de despesas sem o devido processo licitatório, na forma do parágrafo único, art. 120-A, do RI/TCM/PA; R\$-1.000,00 (hum mil reais), pela remessa fora do prazo de toda a documentação, nos termos do art. 120-B, do RI/TCM/PA; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual **Processo nº 340012011-00; Prefeitura Municipal de Inhangapi; Prestação de Contas de Governo -2011; Responsável José Alves Feitosa Oliveira; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela emissão de parecer prévio recomendando à Câmara Municipal de Inhangapi, a não aprovação das contas de governo da Prefeitura, exercício de 2011, de responsabilidade de José Alves Feitosa Oliveira, que deverá recolher ao FUMREAP, no prazo de quinze (15) dias, multa no valor de R\$-5.000,00 (cinco mil reais), pela abertura de créditos suplementares superiores em R\$-2.516.149,30 (dois milhões, quinhentos e dezesseis mil, cento e quarenta e nove reais e trinta centavos), ao limite fixado na Lei Orçamentária Anual, com base no art. 120-A, II, do RI/TCM/PA; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Processo nº 340012011-00; Prefeitura Municipal de Inhangapi; Prestação de Contas de Gestão – 2011; Responsável José Alves Feitosa Oliveira; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela emissão de parecer prévio contrário a aprovação das contas, com recolhimentos e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas de Gestão da Prefeitura Municipal de Inhangapi, exercício de 2011, de responsabilidade de José Alves Feitosa Oliveira, que deverá recolher aos Cofres do Município, no prazo de quinze (15) dias, devidamente atualizada, a quantia de R\$-83.577,60 (oitenta e três mil, quinhentos e setenta e sete reais e sessenta centavos), referente aos subsídios pagos a maior ao Prefeito e Vice-Prefeito e multa no valor de R\$-18.360,00 (30%), pelo atraso na remessa dos Relatórios de Gestão Fiscal do 1º ao 3º quadrimestres, na forma do art. 5º, I, § 1º da Lei nº 10.028/2000; ao FUMREAP, no mesmo prazo: R\$-10.000,00 (dez mil reais), pela realização de despesas sem o devido processo licitatório, na forma do art. 120-A, II, parágrafo único, do RI/TCM/PA; R\$-2.000,00 (dois mil reais), pela remessa fora do prazo de toda a documentação, nos termos do art. 120-B, II, do RI/TCM; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento dos processos de nº 18, 19, 20 e 21. **Processo nº**



87 **134142010-00; Fundo Municipal de Saúde de Barcarena;** Prestação de Contas – 2010; Responsável
88 Paulo Sérgio Matos de Alcântara (Período de 01/01 a 16/05) e Carlos Alberto Pinto da Silva (Período de 17/05
89 a 31/12).; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro
90 Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o
91 Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com
92 aplicação de multas e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi
93 colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O
94 Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Barcarena,
95 exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Paulo Sérgio Matos de Alcântara (período de 01/01 a
96 16/05/2010), e de Carlos Alberto Pinto da Silva (período de 17/05 a 31/12/2010), face o descumprimento do
97 art. 77, III, do ADCT, com recolhimento ao FUMREAP/TCM, das seguintes multas: Ordenador: Paulo Sérgio
98 Matos de Alcântara (período de 01/01 a 16/05/2010): R\$-4.700,00 (quatro mil e setecentos reais), pelo
99 des controle financeiro e orçamentário; R\$-10.000,00 (dez mil reais), pelo não encaminhamento de processos
100 licitatórios; R\$-15.000,00 (quinze mil reais), sobre as despesas de R\$-2.372.124,05 (dois milhões, trezentos e
101 setenta e dois mil, cento e vinte e quatro reais e cinco centavos) não licitadas, com base no art. 57, da LC nº
102 084/2012; Ordenador: Carlos Alberto Pinto da Silva (período de 17/05 a 31/12/2010): R\$-6.500,00 (seis mil e
103 quinhentos reais), pelo des controle financeiro e orçamentário, nos termos do art.120-A, II, do RI/TCM/Pa; R\$-
104 3.000,00 (três mil reais), pelo não envio da execução financeira, do termo de conferencia de saldo, dos
105 extratos bancários da movimentação financeira, das aplicações e a conciliação bancária não encaminhamento
106 de documentos obrigatórios, nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM/Pa; R\$-15.000,00 (quinze mil reais),
107 pelo não encaminhamento de processos licitatórios; R\$-15.000,00 (quinze mil reais), sobre as despesas não
108 licitadas, com base no art. 57, da LC nº 084/2012; cópia dos autos devem ser encaminhadas ao Ministério
109 Público Estadual; ciência imediata da decisão ao Poder Legislativo Municipal. **Processo nº 134162010-00;**
110 **Fundo Municipal de Assistência Social de Barcarena;** Prestação de Contas – 2010; Responsável
111 Rosângela Noriko Oda Dias; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros;
112 Relator - Conselheiro Cezar Colares; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo
113 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação,
114 com encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em**
115 **discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à**
116 **unanimidade,** decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Assistência Social de Barcarena,
117 exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Rosângela Noriko Oda Dias, com recolhimento ao
118 FUMREAP/TCM das seguintes multas: R\$-5.600,00 (cinco mil e seiscentos reais), pelas divergências gerando a
119 conta "Receita à comprovar" e no saldo final entre o apresentado no e-contas e no meio documental, com
120 fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/Pa; R\$-5.600,00 (cinco mil, seiscentos reais), pelo não
121 encaminhamento de licitações em meio magnético, descumprindo a legislação vigente; R\$-21.555,11 (vinte e
122 um mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e onze centavos), sobre as despesas de R\$-2.155.511,34 (dois
123 milhões, cento e cinquenta e cinco mil, quinhentos e onze reais e trinta e quatro centavos) não licitadas, com
124 base no art. 57, da LC nº 084/2012; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual;
125 ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal. **Processo nº 313172010-00; Fundo Municipal de**
126 **Saúde de Gurupá;** Prestação de Contas – 2010; Responsável Manoel Moacir Gonçalves Alho; Instrução 2ª
127 Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Cezar Colares;
128 **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público
129 ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com encaminhamento
130 de cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro



Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação das contas do Fundo Municipal de Saúde de Gurupá, exercício financeiro de 2010, de responsabilidade de Manoel Moacir Gonçalves Alho, face a ausência de processos licitatórios, da realização de despesas acima do valor transferido pela Prefeitura e o não repasse ao INSS de valores retidos dos servidores, com recolhimento ao FUMREAP/TCM das seguintes multas: - R\$-5.010,00 (cinco mil e dez reais), pela remessa intempestiva da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres, nos termos do art. 120-B, IV, do RI/TCM/Pa; R\$-8.000,00 (oito mil reais), pela conta "Receita à comprovar", pelo não repasse ao INSS da totalidade das contribuições retidas dos contribuintes e o descumprimento do art. 50, II da LRF (não apropriação das Obrigações Patronais), assim como a realização de despesas acima do valor transferido pela Prefeitura, com fundamento do art. 120-A, II, do RI/TCM/Pa, e pelo não envio do parecer do Conselho Municipal de Saúde, nos termos do art. 120-B, § 1º, do RI/TCM/Pa; R\$-7.222,66 (sete mil, duzentos e vinte e dois reais e sessenta e seis centavos), sobre as despesas de R\$-361.133,08 (trezentos e sessenta e um mil, cento e trinta e três reais e oito centavos), não licitadas, itens 6.1 e 6.2, com base no art. 57, da LC nº 084/2012; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual; ciência da decisão ao Poder Legislativo Municipal. **Processo nº 201211383-00; Prefeitura Municipal de Aurora do Pará; Recurso de Revisão contra a decisão da Resolução nº 9.758, de 27.04.2010 (Prestação de Contas de 2004); Responsável José Antonio dos Santos Carvalho; Instrução 2ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Cezar Colares; Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo conhecimento e não provimento do Recurso. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo conhecimento e provimento parcial do Recurso para relevar a falha quanto ao repasse a menor dos recursos próprios do Executivo para o Fundo Municipal de Saúde, mantendo os demais termos da Resolução nº 7.758, de 27/04/2010, que recomendou à Câmara Municipal de Aurora do Pará a não aprovação da Prefeitura Municipal, exercício financeiro de 2004, de responsabilidade de José Antônio dos Santos Carvalho, nos termos da fundamentação. **Processo nº 200022008-00; Câmara Municipal de Cachoeira do Arari; Prestação de Contas de Anuais de Gestão – 2008; Responsável Pedro Ribeiro dos Santos; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com recolhimento, multa e encaminhamento de cópia dos autos ao Ministério Público do Estado. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: *"pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Cachoeira do Arari, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Pedro Ribeiro dos Santos, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias: 1 - Ao Tesouro Municipal: 1.1 - R\$-13.200,00 (treze mil e duzentos reais), relativo ao pagamento a maior dos subsídios do Vereador - Presidente e dos Vereadores em desacordo com o Ato Fixador. 2 - Ao FUMREAP: 2.1 - R\$10.000,00 (vinte mil reais), a título de multa, com base no art. 282º, I, "a" e "b" (3), do Regimento Interno deste TCM/PA, pela não correta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais ao IAPSM; e pelo pagamento a maior dos subsídios dos Srs. Edis do Município de Cachoeira do Arari. Cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual".* **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Câmara Municipal de Cachoeira do Arari, exercício de 2008, de responsabilidade do Sr. Pedro Ribeiro dos Santos, que deverá recolher, no prazo de 15 (quinze) dias: 1 - Ao Tesouro Municipal: 1.1 - R\$-13.200,00 (treze mil e duzentos



reais), relativo ao pagamento a maior dos subsídios do Vereador - Presidente e dos Vereadores em desacordo com o Ato Fixador; cópia dos autos deve ser encaminhada ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** 2 - ao FUMREAP: 2.1 - R\$-10.000,00 (vinte mil reais), a título de multa, com base no art. 282º, I, "a" e "b" (3), do Regimento Interno deste TCM/PA, pela não correta apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais ao IAPSM; e pelo pagamento a maior dos subsídios dos Srs. Edis do Município de Cachoeira do Arari. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 170022011-00; Câmara Municipal de Bragança;** Prestação de Contas Anuais de Gestão – 2011; Responsável Pedro da Silva Neto; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas da Câmara Municipal de Bragança, exercício de 2011, com a expedição do Alvará de Quitação, no valor de R\$ 2.020.979,17 (dois milhões, vinte mil, novecentos e setenta e nove reais e dezessete centavos). Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 1250022010-00; Câmara Municipal de Terra Alta;** Prestação de Contas Anuais de Gestão – 2010; Responsável Aluizio do Nascimento Pinto; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas, com recolhimento. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela não aprovação das contas da Câmara Municipal de Terra Alta, exercício de 2010, pelo descumprimento do art. 29, VI, "a" da CF e pagamento a maior aos Vereadores, no montante de R\$-35.575,80 (trinta e cinco mil, quinhentos e setenta e cinco reais e oitenta centavos), valor que deverá ser recolhido aos Cofres do Município, pelo responsável Aluizio do Nascimento Pinto, devidamente atualizado, no prazo de quinze (15) dias. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 920022007-00; Câmara Municipal de Dom Eliseu;** Prestação de Contas – 2007; Responsável Eldo José Ribeiro -Presidente; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Dantas; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas, com ressalva. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto proferiu seu **VOTO:** *"pela aprovação, com ressalva, das contas da Câmara Municipal de Dom Eliseu, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Eldo José Ribeiro, a quem deverá ser emitido o Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas, somente após o recolhimento da multa de R\$-500,00 (quinhentos reais), com base no artigo 120-A, II do RITCM".* **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Daniel Lavareda e o Conselheiro Antonio José acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação, com ressalva, das contas da Câmara Municipal de Dom Eliseu, exercício financeiro de 2007, de responsabilidade do Sr. Eldo José Ribeiro, a quem deverá ser emitido o Alvará de Quitação pelas despesas ordenadas, **por maioria,** após o recolhimento da multa ao FUMREAP, no valor de R\$-500,00 (quinhentos reais), com base no artigo 120-A, II do RI/TCM. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a aplicação de multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 112972006-00; Fundo Municipal de Saúde de Bagre;** Prestação de Contas Anuais de Gestão – 2006; Responsável Telma Maria Moraes de Sena; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.579,**



de **07.02.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela não aprovação da prestação de contas da Sra. Telma Maria Moraes de Sena - Prefeita Municipal, responsável pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Bagre, no exercício financeiro 2006, sem prejuízo do recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, das multas abaixo descritas ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP/TCM, em conformidade com o art. 3º, III (3), da Lei nº 7.368, de 29 de dezembro de 2009:- 1 – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 283º, IV (4), do Regimento Interno deste Tribunal, em face da remessa intempestiva (superior a 90 dias) da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; 2 – R\$-3.000,00 (três mil reais), a título de multa, com base no art. 282º, I, “a” e “b” (5), do Regimento Interno deste TCM/PA, pela não apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais. Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*”. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Sra. Telma Maria Moraes de Sena, Prefeita Municipal, responsável pelo Fundo Municipal de Saúde (FMS) de Bagre, no exercício financeiro 2006; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: com recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, das multas ao FUMREAP:- 1 – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), com base no art. 283º, IV, do Regimento Interno deste Tribunal, em face da remessa intempestiva (superior a 90 dias) da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; 2 – R\$-3.000,00 (três mil reais), com base no art. 282º, I, “a” e “b”, do Regimento Interno deste TCM/PA, pela não apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 113122006-00; Fundo Municipal de Educação de Bagre; Prestação de Contas Anuais de Gestão -2006; Responsável Telma Maria Moraes de Sena; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014**. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela não aprovação da prestação de contas da Sra. Telma Maria Moraes de Sena - Prefeita Municipal, responsável pelo Fundo Municipal de Educação (FME) de Bagre, no exercício financeiro 2006, sem prejuízo do recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, das multas abaixo descritas ao – FUMREAP/TCM, em conformidade com o art. 3º, III (3), da Lei nº 7.368, de 29 de dezembro de 2009:- 1 – R\$5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 283º, IV (4), do Regimento Interno deste Tribunal, em face da remessa intempestiva (superior a 90 dias) da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; 2 – R\$3.000,00 (três mil reais), a título de multa, com base no art. 282º, I, “a” e “b” (5), do Regimento Interno deste TCM/PA, pela não aplicação do percentual de 25% na função de Educação; e pela não apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais. Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*”. **Em votação**: o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Sra. Telma Maria Moraes de Sena - Prefeita Municipal, responsável pelo Fundo Municipal de Educação (FME) de Bagre, no exercício financeiro 2006; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria**: recolhimento de multas ao FUMREAP:- 1 – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 283º, IV, do Regimento Interno deste Tribunal, face a remessa intempestiva (superior a 90 dias) da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; 2 – R\$-3.000,00 (três mil reais), a título de multa, com base no art. 282º, I, “a” e “b”, do Regimento Interno deste TCM/PA, pela não aplicação do percentual de 25% na função de Educação, e pela não apropriação (empenhamento) e recolhimento das



Obrigações Patronais. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 113112006-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Bagre;** Prestação de Contas Anuais de Gestão – 2006; Responsável Telma Maria Moraes de Sena; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela não aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão**. O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO**: “*pela não aprovação da prestação de contas da Sra. Telma Maria Moraes de Sena - Prefeita Municipal, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Bagre, no exercício financeiro 2006, sem prejuízo do recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, das multas abaixo descritas ao Fundo de Modernização, Reaparelhamento e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará – FUMREAP/TCM, em conformidade com o art. 3º, III (3), da Lei nº 7.368, de 29 de dezembro de 2009:- 1 – R\$5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 283º, IV (4), do Regimento Interno deste Tribunal, em face da remessa intempestiva (superior a 90 dias) da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; 2 – R\$3.000,00 (três mil reais), a título de multa, com base no art. 282º, I, “a” e “b” (5), do Regimento Interno deste TCM/PA, pela não apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais. Cópia dos autos ao Ministério Público Estadual*”. **Em votação:** o Conselheiro Aloísio Chaves, o Conselheiro Antonio José e o Conselheiro substituto Sérgio Dantas acompanharam o Relator, na íntegra. A Conselheira Mara Lúcia acompanhou o Relator, com a exclusão da multa ao FUMREAP. A Presidência proclamou a **Decisão**: O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela não aprovação da prestação de contas da Sra. Telma Maria Moraes de Sena - Prefeita Municipal, responsável pelo Fundo Municipal de Assistência Social (FMAS) de Bagre, no exercício financeiro 2006; cópia dos autos ao Ministério Público Estadual. **Por maioria:** recolhimento no prazo de 15 (quinze) dias, das seguintes multas ao FUMREAP: 1 – R\$-5.000,00 (cinco mil reais), a título de multa, com base no art. 283º, IV, do Regimento Interno deste Tribunal, face da remessa intempestiva (superior a 90 dias) da prestação de contas do 1º, 2º e 3º quadrimestres; 2 – R\$-3.000,00 (três mil reais), a título de multa, com base no art. 282º, I, “a” e “b”, do Regimento Interno deste TCM/PA, pela não apropriação (empenhamento) e recolhimento das Obrigações Patronais. Ausência, por ocasião de votação, do Conselheiro Cezar Colares. Vencida a Conselheira Mara Lúcia quanto a exclusão da multa ao FUMREAP. **Processo nº1040052010-00; Fundo Municipal de Saúde de Tailândia;** Prestação de Contas Anuais de Gestão – 2010; Responsável Rosângela Belich de Ataíde; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão do dia 03.09.2013; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Retirado de pauta. **Processo nº 1040072010-00; Fundo Municipal de Educação de Tailândia;** Prestação de Contas Anuais de Gestão – 2010; Responsável Silvana Alves Vieira; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão do dia 03.09.2013; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Retirado de pauta. **Processo nº 1040062010-00; Fundo Municipal de Assistência Social de Tailândia;** Prestação de Contas Anuais de Gestão – 2010; Responsável Fátima de Lourdes Sufredine; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão do dia 03.09.2013; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Retirado de pauta. **Processo nº 1040202010-00; Fundo Municipal de Meio Ambiente de Tailândia;** Prestação de Contas Anuais de Gestão -2010; Responsável Josefran da Silva Almeida; Instrução 5ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Daniel Lavareda - Retirado de Pauta na Sessão do dia 03.09.2013; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Retirado de pauta. Em seguida, houve a inversão da pauta com o julgamento de processo de nº 22. **Processo nº 201209142-00 – 1270012003-00; Prefeitura Municipal de Trairão;** Recurso de Revisão contra a decisão objeto da Resolução nº 10.222, de 06.12.11; (Prestação de Contas de 2003);



Responsável Ademar Bau; Instrução 4ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães, Retirado da Pauta do dia 06/02/14; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Retirado de pauta. **Processo nº 201211812-00; Fundo Municipal de Saúde de Ourém;** Recurso de Revisão contra a decisão do Acórdão nº 18.846/2009, de 22.09.09; (Prestação de Contas de 2004) Responsável Egnaldo Santos de Carvalho; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Retirado da Pauta. Em seguida, houve a inversão da pauta, com o julgamento dos processos de nº's 29, 30, 31, 32, 33 e 34. **Processo nº 201314614-00; Instituto Arraial do Pavulagem;** Prestação de Contas do Convênio nº 042/2013, firmado com a FUMBEL; Responsável Ronaldo dos Santos Silva – Presidente; Instrução 1ª Controladoria; Ministério Público: Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas, com a expedição do Alvará de Quitação no valor de R\$-15.000,00 (quinze mil reais), ao Sr. Ronaldo dos Santos Silva, representante legal do Instituto Arraial do Pavulagem. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201217766-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria -** Portaria nº 1.329/12, 02.10.12 - Revisão de Proventos; Interessada Maria José Cabral Pinheiro; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro da Portaria nº 1329/2012-GP/IPAMB, de 02/10/12, afetado consequentemente o registro anterior. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201105059-00; IPAMB/PMB; Aposentadoria -** Portaria nº 1.261/13, de 16.09.13; Interessado João Cosenza; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201217539-00; Instituto de Previdência do Município de Castanhal;** Pensão - Portaria nº 069/12, de 19.10.12; Interessada Rosinalda de Lima Lobo (Viúva), Elizama Lobo e Raqueline Lobo (Filhas); Ministério Público: Procuradora Maria Inez Gueiros; Relator - Conselheiro Antônio José Guimarães. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Relator proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201213788-00; Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Município de Ananindeua;** Aposentadoria - Portaria nº 107/2012; Interessada Maria Dias Gonçalves; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relator - Conselheiro Substituto Sérgio Franco Dantas. Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se favoravelmente ao registro do Ato. A matéria foi colocada **em discussão.** O Conselheiro Substituto proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo registro do Ato. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo n**



201212611-00; PMB/SEMEC; Contrato Temporário de Pessoal -2012; Interessado Waldiomar Sizo Melo e Outros; Ministério Público Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relator - Auditor Convocado José Alexandre Cunha Pessoa. Retirado de pauta. Em seguida, o Conselheiro Daniel Lavareda assumiu a Presidência da Sessão. Após, houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 24, 25, 26, 27, 28.

Processo nº 200714815-00; Associação Carnavalesca Mocidade Botafoguense; Prestação de Contas do Convênio nº 25/2007, celebrado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da FUMBEL; Responsável Marcelo Raimundo de Magalhães Farias; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas prestadas pelo Senhor Marcelo Raimundo de Magalhães Farias, relativamente ao emprego da importância de R\$ 12.000,00 (doze mil reais), recebidos através do Convênio nº 25/2007 (fls. 02/04), da Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Cultural do Município de Belém - FUMBEL, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 200704281-00; Associação dos Universitários de Castanhal;** Prestação de Contas do Convênio nº 001/2007, celebrado com a Prefeitura Municipal de Castanhal, através da Secretaria Municipal de Educação; Responsável Natália Nazaré de Macedo Barros; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Inez Gueiros; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Retirado de pauta. **Processo nº 201013555-00; Associação dos Moradores do Bairro do Guamá;** Prestação de Contas do Convênio nº 020/2010, firmado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável Joana Pantoja da Costa; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas prestadas por Joana Pantoja da Costa, relativamente ao emprego da importância de R\$- 70.350,00 (setenta mil, trezentos e cinquenta reais), recebidos da Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Papa João XIII - FUNPAPA, nos termos do Convênio nº 020/2010 - PMB (fls. 02/06), a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201212755-00; Associação dos Amigos da Terra Firme;** Prestação de Contas do Convênio nº 018/2012, firmado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável Heraldo Maria Silva Coelho; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora - Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A matéria foi colocada **em discussão.** A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO.** A Presidência proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade,** decidiu pela aprovação das contas prestadas pelo Senhor Heraldo Maria Silva Coelho, relativamente ao emprego da importância de R\$-16.122,62 (dezesesseis mil, cento e vinte e dois reais e sessenta e dois centavos), recebidos através do Convênio nº 018/2012 (fls. 02/06), firmado com a Prefeitura Municipal de Belém, através da Fundação Papa João XIII - FUNPAPA, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação. Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201022006-00; Fundação Acolher;** Prestação de Contas do Convênio nº 033/2010, celebrado com a Fundação Papa João XXIII; Responsável Antônio Pedro Alves de Freitas; Instrução 3ª Controladoria; Ministério Público Procuradora Maria Regina da Cunha; Relatora -



397 Conselheira Mara Lúcia; **Publicado no DOE nº 32.579, de 07.02.2014.** Cumprindo dispositivo regimental,
398 o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pela aprovação das contas. A
399 matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência proclamou a
400 **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pela aprovação das contas prestadas pelo Senhor Antônio
401 Pedro Alves de Freitas, relativamente ao emprego da importância de R\$ 10.050,00 (dez mil e cinquenta reais),
402 recebidos através do Convênio nº 033/2010 (fls. 02/06), com a Prefeitura Municipal de Belém, através da
403 Fundação Papa João XIII - FUNPAPA, a quem deverá ser expedido o competente Alvará de Quitação.
404 Ausência, por ocasião da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. Em seguida,
405 houve a inversão da pauta com o julgamento do processo de nº 35 e 36. **Processo nº 201302584-00;**
406 **Prefeitura Municipal de Brasil Novo;** Subsídio - Lei nº 151/2012, que fixa os Subsídios dos Secretários
407 Municipais, para a Legislatura 2013/2016; Interessado Lindomar Carvalho Garcia; Ministério Público
408 Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo
409 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do
410 Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência
411 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião
412 da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. **Processo nº 201302585-00;**
413 **Câmara Municipal de Brasil Novo;** Subsídio 2013- Resolução nº 001/2012, que fixa os Subsídios dos
414 Vereadores, para a Legislatura 2013/2016; Interessado Lindomar Carvalho Garcia; Ministério Público
415 Procuradora - Chefe Elisabeth Salame da Silva; Relatora - Conselheira Mara Lúcia. Cumprindo dispositivo
416 regimental, o Ministério Público ratificou seu posicionamento dos autos e manifestou-se pelo cadastramento do
417 Ato. A matéria foi colocada **em discussão**. A Conselheira Relatora proferiu seu **VOTO**. A Presidência
418 proclamou a **Decisão:** O Plenário, **à unanimidade**, decidiu pelo cadastramento do Ato. Ausência, por ocasião
419 da votação, do Conselheiro Aloísio Chaves e do Conselheiro Cezar Colares. Às onze horas e vinte e nove
420 minutos, a Conselheira Mara Lúcia retornou a Presidência da Sessão. **MATÉRIA ADMINISTRATIVA.**
421 **DISTRIBUIÇÃO DE PROCESSOS. PALAVRA DOS CONSELHEIROS e MEMBRO DO MINISTÉRIO**
422 **PÚBLICO. ENCERRADA** a presente Sessão, às onze horas e trinta minutos da qual foi lavrada a presente
423 Ata.
424 Secretaria Geral do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Pará, em onze de fevereiro de dois mil e
425 quatorze.
Visto:

Robson Figueiredo do Carmo
Secretário Geral

Conselheira Vice Presidente **Mara Lúcia**
Presidente da Sessão

Conselheiro **Daniel Lavareda**
Presidente da Sessão